



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

### Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No [Portal do MPF>>Serviços>>LGPD>>Políticas](#) encontra-se o Aviso de Privacidade geral. Aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

### Exercício de direitos pelo titular dos dados pessoais

#### Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Constituição Federal 88, Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais -LGPD), Portaria PGR/MPF 661/22 (Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no MPF).

#### Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

<b>Comuns</b>	Nome, Data de nascimento, Sexo, Bairro, Cidade, CEP, País, Estado (Unidade da Federação), Telefone celular, Telefone fixo, CPF, IP, E-mail institucional, E-mail pessoal, Ocupação/Profissão, Classificação de segurança nível prata da conta Gov.br
<b>Sensíveis</b>	Não se aplica

#### Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

Não se Aplica.

#### Como os dados pessoais são coletados?

Fornecidos pelo titular, mediante formulário web, compartilhado por instituição pública/privada, API, XML.

#### Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

O tratamento tem por finalidade garantir aos titulares de dados pessoais o exercício de seus direitos, previstos no art. 18 da LGPD, mediante consulta aos bancos de dados do MPF pelo nome, CPF e e-mail do titular. Os demais dados solicitados têm por finalidade permitir o contato com o requisitante.

#### Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Produção, Recepção, Retenção/Arquivamento/Armazenamento, Processamento, Avaliação ou Controle da Informação, Utilização, Acesso.

#### De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Cumprimento de obrigação legal (arts. 7º, II e 11, II, a), Prevenção de fraude e segurança (art. 11, II, g).

#### Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

Não se Aplica.

#### Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Não se Aplica.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

### Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa ([Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018](#)), a Política de Gestão do Patrimônio Documental ([Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010](#)) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal ([Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016](#)). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

### Os dados pessoais estão em segurança?

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: [abuse@mpf.mp.br](mailto:abuse@mpf.mp.br) ou [csirt@mpf.mp.br](mailto:csirt@mpf.mp.br).

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

### Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>

### Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

### Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: [PGR-UPDP@mpf.mp.br](mailto:PGR-UPDP@mpf.mp.br) - Telefone: (61) 3105-6250

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este Aviso foi revisado em 05/05/2026